

Declaração dos Direitos do Povo Trabalhador e Explorado¹

**Vladimir Ilitch Lénine
1918**

Escrito em Janeiro, não depois de 3 (16) de 1918
Publicado a 4 (17) de Janeiro de 1918
no nº 2 do Pravda e no nº2 do Izvéstia Tsik

Presente tradução na versão das
Obras Escolhidas de V.I. Lénine
Edição em Português da Editorial Avante, t2, pp 448-450
Traduzido das O. Completas de V.I. Lénine 5ª Ed. russo t.35 pp
221-223

1 A Declaração dos Direitos do Povo Trabalhador e Explorado, aprovada pelo CECR em 4 (17) de Janeiro de 1918, foi lida e apresentada para aprovação por I.M.Sverdlov na primeira reunião da Assembleia Constituinte, em 5 (18) de Janeiro. A proposta para que fosse discutida a declaração foi rejeitada pelos votos da maioria contra-revolucionária da Assembleia Constituinte. Mas no dia 12 (25) a Declaração foi aprovada pelo III Congresso dos Sovietes de Toda a Rússia e posteriormente serviu de base para a Constituição Soviética.

A Assembleia Constituinte decreta:

I.

1. A Rússia é proclamada república dos Sovietes de deputados operários, soldados e camponeses. Todo o poder, no centro e localmente, pertence a estes Sovietes.
2. A República Soviética da Rússia institui-se na base da união livre de nações livres como federação de repúblicas soviéticas nacionais.

II.

Tendo-se assinalado como tarefa fundamental liquidar toda a exploração do homem pelo homem, suprimir por completo a divisão da sociedade em classes, esmagar implacavelmente a resistência dos exploradores, estabelecer a organização socialista da sociedade e a vitória do socialismo em todos os países, a Assembleia Constituinte decreta ainda:

1. É abolida a propriedade privada da terra. Toda a terra, com todos os edifícios, o gado e as alfaias e outros acessórios da produção agrícola, é declarada património de todo o povo trabalhador.
2. Ratifica-se a lei soviética sobre o controlo operário e sobre o Conselho Superior da Economia Nacional, com o objectivo de assegurar o poder do povo trabalhador sobre os exploradores e como o primeiro passo para a passagem completa das fábricas, minas, caminhos-de-ferro e outros meios de produção e de transporte para a propriedade do Estado operário e camponês.
3. Ratifica-se a passagem de todos os bancos para a propriedade do Estado operário e camponês, como uma das condições da libertação das massas trabalhadoras do jugo do capital.
4. Com o fim de suprimir as camadas parasitárias da sociedade é introduzido o trabalho geral obrigatório.
5. Para assegurar toda a plenitude do poder às massas trabalhadoras e eliminar toda a possibilidade de restauração do poder dos exploradores decreta-se o armamento dos trabalhadores, a formação de um exército vermelho socialista de operários e camponeses e o completo desarmamento das classes possuidoras.

III.

1. Exprimindo a sua inabalável decisão de arrancar a humanidade das garras do capital financeiro e do imperialismo, que inundaram a terra de sangue na guerra actual, a mais criminosa de todas, a Assembleia Constituinte adere totalmente à política aplicada pelo Poder Soviético de romper com os tratados secretos, organizar a mais ampla confraternização com os operários e camponeses dos exércitos actualmente em guerra entre si e obter, custe o que custar, por medidas revolucionárias, uma paz democrática entre os povos, sem anexações e sem contribuições, na base da livre autodeterminação das nações.

2. Com o mesmo fim, a Assembleia Constituinte insiste na completa ruptura com a bárbara política da civilização burguesa, que edificava a prosperidade dos exploradores nalgumas nações eleitas sobre a escravização de centenas de milhões de trabalhadores na Ásia, nas colônias em geral e nos países pequenos.

A Assembleia Constituinte saúda a política do Conselho de Comissários do Povo, que proclamou a completa independência da Finlândia, que começou a retirar as tropas da Pérsia e declarou a liberdade de autodeterminação da Arménia².

3. A Assembleia Constituinte considera a lei soviética sobre a anulação dos empréstimos concluídos pelos governos do tsar, dos latifundiários e da burguesia como um primeiro golpe no capital bancário, financeiro internacional, exprimindo a certeza de que o Poder Soviético continuará firmemente neste caminho, até à completa vitória da insurreição operária internacional contra o jugo do capital.

IV.

Tendo sido eleita na base de listas partidárias constituídas antes da Revolução de Outubro, quando o povo ainda não podia erguer-se em toda a sua massa contra os exploradores, não conhecia toda a força de resistência deles na defesa dos seus privilégios de classe, não tinha abordado ainda na prática a criação da sociedade socialista, a Assembleia Constituinte consideraria fundamentalmente errado, mesmo do ponto de vista formal, contrapor-se ao Poder Soviético.

Em essência a Assembleia Constituinte considera que agora, no momento da luta final do povo contra os seus exploradores, não pode haver lugar para os exploradores em nenhum dos órgãos do poder. O poder deve pertencer inteira e exclusivamente às massas trabalhadoras e ao seu representante plenipotenciário — os Sovietes de deputados operários, soldados e camponeses.

Apoiando o Poder Soviético e os decretos do Conselho de Comissários do Povo, a Assembleia Constituinte considera que as suas tarefas se esgotam com o estabelecimento das bases fundamentais da reorganização socialista da sociedade.

Ao mesmo tempo, aspirando à criação de uma aliança verdadeiramente livre e voluntária e, conseqüentemente, tanto mais estreita e duradoura entre as classes trabalhadoras de todas as nações da Rússia, a Assembleia Constituinte limita a sua tarefa ao estabelecimento dos princípios fundamentais da Federação das Repúblicas Soviéticas da Rússia, deixando aos operários e camponeses de cada nação a adopção de decisões independentes no seu próprio congresso soviético plenipotenciário sobre se desejam, e em que bases, participar no governo federal e nas restantes instituições soviéticas federais.

2 Em 6 (19) de Dezembro de 1917 a Dieta da Finlândia aprovou a declaração que proclamava a Finlândia Estado independente. O Conselho de Comissários do Povo, em conformidade com a política do Estado Soviético em relação à questão nacional, aprovou na sua reunião de 18 (31) de Dezembro de 1917 o decreto sobre a independência da Finlândia. Em 19 de Dezembro de 1917 (1 de Janeiro 1918), o governo soviético, segundo o acordo concluído em Brst a 2 (15) de Dezembro entre a Rússia, a Alemanha, a Austria-Hungria, a Turquia e a Bulgária, dirigiu ao governo persa uma proposta referente à elaboração do plano comum de retirada das tropas russas da Pérsia. Em 29 de Dezembro de 1917 (11 de Janeiro de 1918) o Conselho de Comissários do Povo aprovou o "Decreto sobre a Arménia Turca".